



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA ASSESSORIA JURÍDICA**

**Parecer nº 08/2014-CGJ/CE**

Referência: 8500857-39.2014.8.06.0026

Assunto: MANUTENÇÃO DE LIVROS DE SENTENÇAS

Interessado: JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO – JUIZ DE DIREITO

Cuida-se de procedimento administrativo assestado pelo MM. Juiz de Direito da 19ª Vara Cível desta capital, Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio, objetivando orientação acerca da necessidade de manter em secretaria livros de registro de sentenças, considerando que determinados documentos já ficam inseridos e arquivados no próprio sistema SAJ.

**Os autos ascenderam a esta assessoria jurídica (fl. 06).**

**É o breve relatório.**

Conforme relatado, o objeto da presente consulta configura-se na orientação acerca da manutenção dos livros de sentença na Secretaria das Unidades Judiciárias.

*Ab initio*, mister salientar que o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará prevê e regulamenta medidas acerca dos livros de sentença, conforme depreende-se do art. 391, inciso III, § 1º, *in verbis*:

*“Art. 391 – As Secretarias das Varas adotarão os seguintes livros, de acordo com a necessidade de seus serviços:*

*[...]*

### **III – Livro de Registro de Sentenças;**

[...]

*§1º – Os Livros serão abertos e encerrados mediante termo com a data da abertura e do encerramento sendo que, no caso de livro de folhas soltas, assim expresso no termo de abertura, a data de encerramento será a do último ato registrado. Os livros serão, também, enumerados em ordem crescente e terão todas as suas folhas numeradas e rubricadas pelo Juiz de Direito da Vara, constando da capa o fim a que se destina e, da lombada, o número de ordem.”*

Note-se, contudo, que a norma suso mencionada não regulamenta os casos em que determinados livros forem inseridos digitalmente e arquivados no SAJ.

O art. 393, normatiza a manutenção de fichário para anotação do andamento dos processos, todavia sem caracterizar a modalidade – físico ou eletrônico – conforme reproduzido a seguir:

*“Art. 393 – A Secretaria manterá um fichário onde será anotado o andamento dos processos, até que venha a ser instituído sistema computadorizado para digitação e consulta dos dados armazenados” (Grifos nossos).*

Obviamente que, quanto aos processos físicos não há qualquer possibilidade de extinção dos livros, posto que o CODOJECE já regulamentou as medidas a serem obrigatoriamente tomadas pelos magistrados no presente caso.

Por outro lado, não existe um procedimento regulamentando as providências a serem tomadas com relação ao caso posto em tablado, qual seja, a necessidade de se manter livros de sentença quando estes já estão inseridos no sistema eletrônico.

Portanto, não é possível a utilização apenas do registro das sentenças e seu arquivamento no sistema eletrônico **em detrimento dos livros**, considerando que os mesmos estão disciplinados por lei e somente através desta poderá ser modificado.

Neste ponto, configura-se **imprescindível a criação de uma ferramenta apta a possibilitar o registro de sentenças em meio virtual** – Livro de Sentença “Eletrônico” - como forma de se adequar ao atual sistema processual eletrônico.

Com esteio na presente argumentação, em resposta à consulta requerida, **opina** esta assessoria jurídica pelo envio dos presentes autos ao Secretaria da Tecnologia e Informação do Tribunal de Justiça – SETIN, para fins de elaboração de parecer técnico acerca da viabilidade de construção da referida ferramenta, recomendando-se, ainda, em caso positivo, a edição de Provimento por esta Corregedoria-Geral de Justiça para regulamentar o uso do programa em cotejo.

**À consideração superior.**

Fortaleza, 27 de junho de 2014.

**DAVID SOUSA ALENCAR**  
**ASSESSOR JURÍDICO**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL**

**DESPACHO/OFÍCIO Nº. 2.335/2014/CGJ-CE.**

Referência: 8500857-39.2014.8.06.0026

Assunto: PROVIDÊNCIAS

Interessado: JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO – JUIZ DE DIREITO

Cuida-se de procedimento administrativo assestado pelo MM. Juiz de Direito da 19ª Vara Cível desta capital, Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio, objetivando orientação acerca da necessidade de manter em secretaria livros de registro de sentenças, considerando que determinados documentos já ficam inseridos e arquivados no próprio sistema SAJ.

Parecer da Assessoria Jurídica desta Corregedoria-Geral manifestando-se pela remessa dos presentes autos à Secretaria da Tecnologia e Informação do Tribunal de Justiça – SETIN para elaboração de parecer técnico acerca da viabilidade de construção de ferramenta virtual apta a solucionar o caso posto em tablado.

O presente caso contempla a edição de Provimento por parte desta Casa Censora no sentido de normatizar a utilização dos livros de sentença através do sistema eletrônico do TJCE – SAJ.

Ocorre que, conforme salientado pela assessoria jurídica desta CGJ, determinado meio ainda não existe em nosso Estado, motivo pelo qual **aprovo o parecer retro para determinar o envio dos presentes autos à SETIN com a finalidade de elaborar parecer técnico acerca da viabilidade de construção da referida ferramenta.**

Fortaleza, 27 de junho de 2014.

**FRANCISCO SALES NETO  
CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA**